

MARIADITA

JAGUARIÚNA

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS

URBANOS E RURAIS

- HABITE-SE
- INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO
- CAR - CCIR - INCRA

(19) 99215-4852

(19) 99184-6967

Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça) agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação.

E como sempre finalizo, tchaaau obrigado!!

OS DESAFIOS DA SUCESSÃO PATRIMONIAL

A sucessão patrimonial é um dos temas mais relevantes do Direito de Família e Sucessões, pois envolve não apenas a transferência de bens entre gerações, mas também a preservação da harmonia familiar, da continuidade do patrimônio e da vontade do titular dos bens. Embora muitas pessoas associem o planejamento sucessório apenas às famílias de elevado poder aquisitivo, a realidade demonstra que qualquer patrimônio, independentemente do seu valor, merece organização e proteção.

O primeiro grande desafio da sucessão patrimonial é a falta de planejamento. No Brasil, é comum que as famílias deixem para tratar da sucessão apenas após o falecimento de um ente querido. Nesse momento, além do impacto emocional da perda, surgem questões jurídicas, financeiras e tributárias que poderiam ter sido evitadas com medidas preventivas.

Outro obstáculo importante é o inventário. Seja judicial ou extrajudicial, o procedimento pode demandar tempo, custos elevados e, em muitos casos, gerar conflitos entre os herdeiros. Divergências sobre a avaliação dos bens, administração do patrimônio, divisão da herança e interpretação da vontade do falecido frequentemente resultam em longas disputas familiares, comprometendo relações que levaram anos para serem construídas.

A carga tributária também representa um desafio significativo. O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), cuja competência é dos Estados, tende a ganhar ainda mais relevância diante das recentes alterações legislativas e das discussões sobre sua progressividade. Um planejamento sucessório adequado permite analisar alternativas lícitas para reduzir impactos tributários, sempre observando os limites da legislação.

Outro aspecto que merece atenção é a proteção do patrimônio familiar. Sem planejamento, os bens transmitidos podem ficar sujeitos a riscos decorrentes de divórcios, dívidas pessoais dos herdeiros ou conflitos

entre os herdeiros. Instrumentos jurídicos como cláusulas de incomunicabilidade, impenhorabilidade, inalienabilidade e reversão, quando corretamente utilizados, oferecem maior segurança ao patrimônio transmitido.

Nas empresas familiares, o desafio é ainda maior. A ausência de regras claras sobre gestão e sucessão pode comprometer a continuidade das atividades empresariais. Não raramente, empresas consolidadas enfrentam dificuldades ou até encerram suas atividades em razão de disputas entre sucessores que não foram preparados para assumir a administração.

Nesse cenário, a holding familiar tem se destacado como um importante instrumento de planejamento sucessório. Quando estruturada de forma técnica e personalizada, ela possibilita organizar a gestão do patrimônio, facilitar a sucessão, reduzir conflitos, conferir maior eficiência administrativa e proporcionar economia tributária em diversas situações. Contudo, sua constituição exige análise individualizada, pois não existe um modelo único aplicável a todas as famílias.

Também merece destaque a importância do testamento, da doação com reserva de usufruto e dos pactos familiares, mecanismos que podem complementar o planejamento sucessório conforme as características de cada núcleo familiar.

Em síntese, o maior desafio da sucessão patrimonial não está na transmissão dos bens em si, mas na ausência de planejamento. Antecipar decisões, estruturar juridicamente o patrimônio e alinhar as expectativas da família são medidas que preservam não apenas o patrimônio construído ao longo da vida, mas também os vínculos familiares. Planejar a sucessão é, acima de tudo, um ato de responsabilidade, proteção e respeito às futuras gerações.

Dr. Caius Godoy, Advogado e Presidente da Comissão de Cultura, Mídia e Entretenimento da OAB Jaguariúna, e-mail: caius.godoy@adv.oabsp.org.br

Pesquisa avalia baru em consórcio com café irrigado e culturas anuais e bianuais



Experimentos reúnem, em sistemas de cultivos consorciados, baruzeiros e cafeeiros, espécies de ciclo longo e médio, respectivamente.

Incluem ainda culturas anuais e bianuais de ciclo curto, que aproveitam a irrigação destinada às plantas de café.

Tais culturas, colhidas em poucos meses, geram renda e compensam o investimento nos plantios do baruzeiro e do cafeeiro.

Os resultados mostram boa produtividade das culturas anuais e dos cafeeiros.

Plantas dos baruzeiros floresceram e produziram frutos quatro anos após o plantio. No meio natural, começam a produzir depois de sete a dez anos.

Os sistemas se apresentam como alternativa promissora para a diversificação de culturas nas propriedades e racionalização do uso de insumos.

Podem estimular a produção do baru e torná-la rentável. O fruto nativo do Cerrado, obtido basicamente de coleta ou extrativismo, não conta com safras regulares e cultivos comerciais eficientes.

Novos sistemas de cultivo em consórcio, envolvendo o baruzeiro, o cafeeiro irrigado e culturas anuais e bianuais de ciclo curto, estão sendo testados na Embrapa Cerrados (DF) e poderão, em breve, se tornar alternativas para produtores de pequeno ou grande porte interessados em diversificar a produção e ampliar a renda, que também poderão se beneficiar do uso mais racional e eficiente dos insumos e da oferta ambiental local.

Espécie de árvore nativa do Cerrado brasileiro, o baruzeiro produz uma castanha considerada superalimento devido ao elevado teor de proteínas, fibras e antioxidantes. No entanto, por ser obtido basicamente de coleta ou extrativismo em áreas naturais, o baru ainda não conta com safras previsíveis e regulares. Além disso, elas geralmente são insuficientes para atender à crescente demanda nacional e mundial, o que evidencia a necessidade do estabelecimento de sistemas de produção comerciais eficientes. Já a cafeicultura irrigada é uma cultura consolidada no bioma, onde o clima e a altitude favorecem a produção de cafés de alta qualidade e premiados mundialmente.

Implantados há quatro anos, os sistemas experimentais são conduzidos pelo pesquisador Tadeu Gracioli, responsável pelo desenvolvimento do Sistema Filho – Fruticultura Integrada

com Lavouras e Hortaliças, lançado em 2017. “Alguns colegas um dia me perguntaram se seria possível consorciar baru com café e eu disse que sim, uma vez que árvores frutíferas são um dos pilares da tecnologia do Sistema Filho”, relembra.

Em uma área de apenas 3500 m2 nos campos experimentais do centro de pesquisa, foram implantados dois sistemas – um de linha dupla (LD) e outro de linha simples (LS), cada um ocupando um espaço retangular de 45 m x 35 m. “O espaçamento das plantas de baru e o espaçamento das plantas de café é o mesmo nos dois sistemas. O que muda é a posição das plantas de baru em relação às de café. No sistema LS, o baru foi plantado dentro da linha do café, e no LD, uma linha de baru foi plantada no meio de cada duas linhas de café”, explica Gracioli.

Estão sendo avaliados dez clones de baru e três variedades de cafés arábica, considerando-se os dois ensaios. O desenvolvimento e a produção dos materiais têm sido avaliados com o objetivo de selecionar as plantas mais produtivas.

As mudas de baruzeiro foram plantadas entre janeiro e fevereiro de 2022. Os cafeeiros, em fevereiro e março daquele ano. No LD, os cafeeiros são irrigados pelo sistema de microaspersão e a colheita pode ser mecanizada.

“Corredores de agricultura”

Cada duas linhas vizinhas de cafeeiros do sistema LD criaram o que Gracioli chama de “corredores de agricultura”: áreas onde o espaço físico disponível e o fornecimento de água por irrigação possibilitam a implantação de culturas anuais e bianuais como feijão, abacaxi e mandioca enquanto os baruzeiros e cafeeiros crescem e ainda não produzem frutos.

Essas culturas podem ser plantadas em sucessão e colhidas em poucos meses, gerando renda para compensar o investimento no plantio do baruzeiro e do cafeeiro.

“O sistema LD foi pensado para obtenção de baru no longo prazo, café no médio prazo e culturas anuais e bianuais no curto prazo. Isso é para que o pequeno produtor se sinta seguro em entrar na atividade de plantio de baru, uma vez que outras culturas vão proporcionar giro financeiro enquanto o baruzeiro ainda não estiver produzindo”, esclarece.

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



PREVENÇÃO DE DOENÇAS

Estudo divulgado pela Revista da Fruta aponta que compostos bioativos presentes em frutas nativas brasileiras, como jabuticaba, açaí, cambuci, guaraná e marolo, apresentam potencial para auxiliar na prevenção de doenças cardiovasculares, metabólicas e neurodegenerativas. A revisão científica reuniu pesquisas publicadas nas últimas décadas e identificou evidências de que essas substâncias ajudam a reduzir danos celulares associados ao envelhecimento e ao estresse oxidativo. Os autores ressaltam, no entanto, que ainda são necessários ensaios clínicos para confirmar os efeitos observados.

GREENING

O Governo de São Paulo publicou Portaria Defesa, que regulamenta a Resolução; e estabelece novos critérios para a classificação dos municípios paulistas quanto à incidência do HLB (greening), doença considerada a principal ameaça à citricultura mundial. A norma divide os municípios em áreas de baixa ou alta incidência, com base em dados consolidados dos relatórios semestrais e dos levantamentos fitossanitários realizados pela Defesa Agropecuária. A classificação levará em conta, no mínimo, 10% das propriedades cadastradas com cultivo de citros ou, alternativamente, levantamentos amostrais conduzidos pelo órgão.

2º SENABE

O presidente do Sistema Faesp/Senar, Tirso Meirelles, participou da abertura do 2º Seminário Nacional da Beterraba (Senabe), realizado em São José do Rio Pardo (SP). Gratuito e aberto ao público, o evento reúne produtores, empresas, fabricantes de máquinas agrícolas, instituições financeiras e representantes do agronegócio para discutir os desafios e as perspectivas da cultura. São Paulo está entre os principais produtores de beterraba do País, ao lado de Minas Gerais e Paraná, com produtividade média entre 55 e 60 toneladas por hectare em áreas tecnificadas.

SAFRA DE CAFÉ

O Departamento do Café da Sociedade Rural Brasileira (SRB) promoveu, reunião híbrida para discutir as perspectivas da safra de café diante da volatilidade dos preços. Participaram os analistas Albert Scalla, da StoneX, e

Eduardo Carvalhaes, do Escritório Carvalhaes, além de lideranças do setor. O encontro contou com a presença do presidente da SRB, Sérgio Bortolozzo, e do presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas Brasileiro. Durante o debate, Scalla destacou os riscos climáticos e macroeconômicos que vêm ampliando a instabilidade no mercado cafeeiro.

TOMATE/CEPEA

Os preços do tomate longa vida 3A avançaram em São Paulo e no Rio de Janeiro, impulsionados pela proximidade do encerramento da primeira etapa da safra de inverno em Sumaré (SP) e Paty do Alferes (RJ). Segundo pesquisadores do Hortifruti/Cepea, os frutos comercializados nesse período apresentam menor calibre e qualidade, por serem provenientes da fase final da colheita.

COMÉRCIO DE ETANOL

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica) defendeu, durante audiência pública realizada pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), a conformidade da política brasileira para o etanol com as normas internacionais. A manifestação ocorreu no âmbito da investigação aberta com base na Seção 301 da legislação norte-americana. Segundo a entidade, a tarifa brasileira de importação de etanol, atualmente fixada em 18%, está em conformidade com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

MAÇÃ/CEPEA

Com o encerramento da colheita da variedade Fuji na Região Sul, o monitoramento das horas de frio passa a ser determinante para a próxima safra de maçãs. Segundo o Cepea, condições térmicas favoráveis podem beneficiar o desenvolvimento das variedades Gala e Fuji, reforçando as expectativas para a temporada 2026/27. Ainda assim, o comportamento do clima no segundo semestre permanece incerto. A intensificação do fenômeno El Niño nos próximos meses pode provocar chuvas acima da média na Região Sul, influenciando o potencial produtivo dos pomares. (Com informações de assessorias e IA)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista

Agricultura familiar respondeu por quase 80% dos contratos do Plano Safra 2025/2026



Levantamento da ABDE mostra que o ciclo anterior registrou, ao todo, 2,31 milhões de operações de crédito rural

A agricultura familiar respondeu por quase oito em cada dez contratos firmados no Plano Safra 2025/2026. De acordo com levantamento consolidado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), entre julho de 2025 e maio de 2026, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) contabilizou 1,82 milhão de operações, de um total de 2,31 milhões de contratos registrados pelo Plano Safra. O balanço foi divulgado após o lançamento, nesta semana, dos novos Planos Safra para a agricultura familiar e para a agricultura empresarial.

O Plano Safra 2025/2026 foi anunciado pelo governo federal, em julho do ano passado, com previsão de R\$ 605,2 bilhões em financiamentos, sendo R\$ 89 bilhões destinados à agricultura familiar e R\$ 516,2 bilhões à agricultura empresarial. O levantamento da ABDE apresenta a execução parcial desses recursos até maio de 2026.

Até o período analisado, o Plano Safra movimentou R\$ 494 bilhões em crédito rural. Os valores correspondem às operações efetivamente contratadas até maio de 2026, antes do encerramento do ciclo da safra. Desse total, R\$ 61,1 bilhões foram destinados à agricultura familiar, por meio do Pronaf, e R\$ 432,9 bilhões à agricultura empresarial. Os recursos financiaram o plantio, a compra de máquinas e equipamentos, armazenagem, industrialização e investimentos para ampliar a produção no campo.

Na agricultura familiar, os financiamentos para investimento responderam por 1,37 milhão de contratos e R\$ 31 bilhões, enquanto o custeio movimentou R\$ 28,1 bilhões em 448,6 mil operações. Já os financiamentos para industrialização, embora representem uma parcela menor do programa, cresceram 10,3% em relação ao ciclo anterior, alcançando R\$ 1,7 bilhão em 506 operações. O valor médio das operações contratadas no Pronaf foi de R\$ 33,5 mil.

Na agricultura empresarial, excluído o Pronaf, as concessões totalizaram R\$ 432,9 bilhões no período. Entre os destaques estão as operações com Cédula de Produto Rural (CPR), que movimentaram R\$ 185,2 bilhões, e os financiamentos para industrialização, que alcançaram R\$ 31,5 bilhões. O custeio totalizou R\$ 137,6 bilhões, os investimentos R\$ 46,1 bilhões e a comercialização R\$ 32,8 bilhões.

O estudo mostra que o Sistema Nacional de Fomento (SNF) foi decisivo para transformar os recursos anunciados pelo governo em crédito efetivamente contratado pelos produtores rurais. Na agricultura familiar, as instituições integrantes do Sistema responderam por 97,6% das operações do Pronaf e por 91,5% do volume financeiro contratado, o equivalente a R\$ 55,88 bilhões.

Na agricultura empresarial, o protagonismo também se repetiu. Dos R\$ 48,88 bilhões em recursos equalizáveis concedidos até maio de 2026, 96,7% (R\$ 47,3 bilhões) foram operados por instituições do SNF. Na programação dos recursos equalizáveis, a participação chegou a 95,6% (R\$ 87,3 bilhões) dos R\$ 91,37 bilhões previstos. Nas linhas de custeio e investimento, o Sistema respondeu por R\$ 25 bilhões e R\$ 21,8 bilhões em concessões, respectivamente.

Os recursos equalizados do Plano Safra são operados por 14 instituições integrantes do Sistema Nacional de Fomento (SNF): Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (Caixa), Banco da Amazônia S.A. (Basa), Banco de Brasília S.A. (BRB), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Também integram esse grupo a Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (Desenbahia), Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Badesul Desenvolvimento), Banco do Estado do Pará S.A. (Banpara), Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), Cooperativa Central de Crédito com Interação Solidária (Cresol), Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi).

Um exemplo da atuação regional do Sistema é o Banco do Nordeste (BNB), que opera crédito rural por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

No ciclo 2025/2026, o BNB liberou R\$ 22,5 bilhões em crédito rural no âmbito do Plano Safra em sua área de atuação, que abrange os nove estados do Nordeste e partes de Minas Gerais e do Espírito Santo. Desse total, R\$ 11,9 bilhões foram destinados à agricultura familiar. Ao longo do período, foram realizadas cerca de 836 mil contratações.

Entre as instituições que operam os recursos equalizados do Plano Safra, o Banco do Brasil liderou o volume de concessões até maio de 2026, com R\$ 14,54 bilhões em operações, seguido por Sicredi (R\$ 8,62 bilhões), BNDES (R\$ 8,26 bilhões), Sicoob (R\$ 8,06 bilhões), Cresol (R\$ 3,67 bilhões) e Caixa Econômica Federal (R\$ 2,28 bilhões).

“O Plano Safra é uma política pública que atende diferentes perfis de produtores e, por isso, precisa ser analisado em sua totalidade. Ao reunir os resultados da agricultura familiar e da agricultura empresarial, o levantamento mostra que o Sistema Nacional de Fomento tem papel decisivo para transformar os recursos anunciados pelo governo em crédito efetivamente contratado, promovendo produção, geração de renda, emprego e desenvolvimento em todas as regiões do país”, ressalta a diretora executiva da ABDE em exercício, Cristiane Vitorino.

AGRO CARTOON

PICAZO



FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

Fungo benéfico mostra eficiência no combate à principal doença da pupunheira



Pesquisadores brasileiros demonstraram o potencial de fungos do gênero *Trichoderma* para combater uma das doenças mais devastadoras da pupunheira, cultura estratégica para a produção de palmito no País. O estudo demonstrou que espécies como *Trichoderma harzianum* e *Trichoderma asperellum* conseguiram reduzir significativamente o avanço de *Phytophthora palmivora*, fungo responsável pela podridão da base do caule da pupunheira, considerada

a pior ameaça à cultura.

Para Eduardo Jun Fuzitani, pesquisador da Apta Regional de Pariqueira-Açu, no Vale do Ribeira, a pesquisa também trouxe um avanço metodológico importante: pela primeira vez, cientistas desenvolveram um sistema eficiente de inoculação, ou seja, de introdução controlada do fungo causador da doença e dos agentes de controle biológico em pedaços do caule da pupunheira para a realização

dos testes. “A técnica permite simular a infecção em condições controladas de laboratório, reduzindo custos e acelerando estudos sobre o manejo da doença”, diz Fuzitani.

A pupunheira, identificada cientificamente como *Bactris gasipaes*, ganhou espaço no mercado brasileiro após a exploração predatória da juçara reduzir drasticamente os estoques naturais na Mata Atlântica. Desde então, o cultivo se expandiu principalmente nos estados de São Paulo e Bahia, além de áreas do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A espécie apresenta vantagens econômicas importantes, como crescimento rápido, perfilhamento intenso e menor oxidação do palmito, permitindo inclusive a comercialização do produto in natura.

No entanto, como explica Álvaro Figueredo dos Santos, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e ex-pesquisador da Embrapa Florestas (PR), a expansão das áreas cultivadas resultou no aumento de doenças associadas ao monocultivo. Entre elas, destaca-se a podridão da base do caule, provocada por *Phytophthora palmivora*. O problema afeta tanto plantas jovens quanto adultas. Os sintomas começam com o amarelecimento das folhas e evoluem para

a morte dos brotos. Nos casos mais graves, a doença pode destruir toda a planta.

Controle biológico: solução racional e sustentável

Santos destaca que ainda existem poucas opções de controle efetivo da doença, seja por fungicidas ou por variedades resistentes. Além disso, o uso intensivo de produtos químicos levanta preocupações ambientais e sanitárias, especialmente porque o palmito pode ser consumido cru. Nesse contexto, o controle biológico surge como alternativa sustentável e economicamente viável.

Wagner Bettiol, pesquisador da Embrapa Meio Ambiente (SP), observa que os fungos do gênero *Trichoderma* são conhecidos por diferentes mecanismos de ação contra organismos causadores de doenças em plantas. “Eles competem por nutrientes, produzem substâncias antifúngicas, degradam a parede celular de agentes invasores e ainda estimulam mecanismos naturais de defesa das plantas. Algumas espécies também promovem crescimento vegetal e conseguem colonizar tecidos internos da planta sem causar danos, comportamento conhecido como endofitismo”,

PRODUÇÃO DE GRÃOS É ESTIMADA EM 360,1 MILHÕES DE TONELADAS NO CICLO 2025/26



A produção de grãos da safra 2025/26 está estimada em 360,1 milhões de toneladas, volume 2,2% superior ao registrado na temporada passada, o que representa um acréscimo de 7,8 milhões de toneladas de grãos a serem colhidos. O resultado reflete a maior área destinada para o cultivo de grãos no país, projetada em 83,5 milhões de hectares, enquanto a produtividade média nacional das lavouras deve se manter estável, prevista em 4.311 quilos por hectare. Os dados estão no 10º Levantamento da Safra de Grãos 2025/26, divulgado nesta terça-feira (14) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A colheita das três safras de milho no atual ciclo está estimada em 141,7 milhões de toneladas, volume 0,4% superior ao ciclo passado. A primeira safra do cereal já está quase toda colhida, e a produção está estimada em 29,6 milhões de toneladas. Já na segunda safra do grão, a colheita atinge 38,9% da área destinada para cultura, índice inferior à média dos últimos 5 anos. Principal produtor do grão, Mato Grosso registrou condições climáticas favoráveis durante

o ciclo, proporcionando um bom desenvolvimento da segunda safra de milho. Já em Goiás, Minas Gerais e Piauí os veranicos ocorridos em abril e maio influenciaram no desempenho da cultura. Neste cenário, a Conab espera que sejam colhidas 109,43 milhões de toneladas na segunda safra do cereal. Para a terceira safra, espera-se uma produção de 2,7 milhões de toneladas. No momento, as baixas precipitações que vêm ocorrendo, especialmente em Sergipe e Alagoas, trazem reflexos à evolução das lavouras.

O algodão tem produção prevista em 4,06 milhões de toneladas de pluma, com 8,1% da área já colhida, 78,4% em maturação e 13,5% em formação de maçãs. As boas condições climáticas favorecem o bom desenvolvimento das lavouras, refletindo em um ganho na produtividade de 2,8% em relação à safra 2024/25. Essa melhora no desempenho médio das lavouras compensou a diminuição em 3,2% na área plantada, que neste ciclo foi próximo a 2 milhões de hectares.

Com colheita finalizada, a soja alcança uma produção de 180,6 milhões de

toneladas, avanço de 5,3% em relação à safra passada, resultado do aumento de 2,7% na área cultivada, aliado ao bom pacote tecnológico utilizado pelos produtores, e às condições climáticas favoráveis. O arroz também tem colheita encerrada e apresenta uma produção de 11,1 milhões de toneladas, 13,1% abaixo do volume produzido na safra passada, reflexo de uma menor área destinada ao produto. No caso do feijão, a produção total estimada é de 3 milhões de toneladas, 1,4% inferior ao ciclo anterior. Mesmo com a redução prevista para estes dois importantes produtos para o consumo dos brasileiros, o volume a ser colhido garante o abastecimento no mercado doméstico.

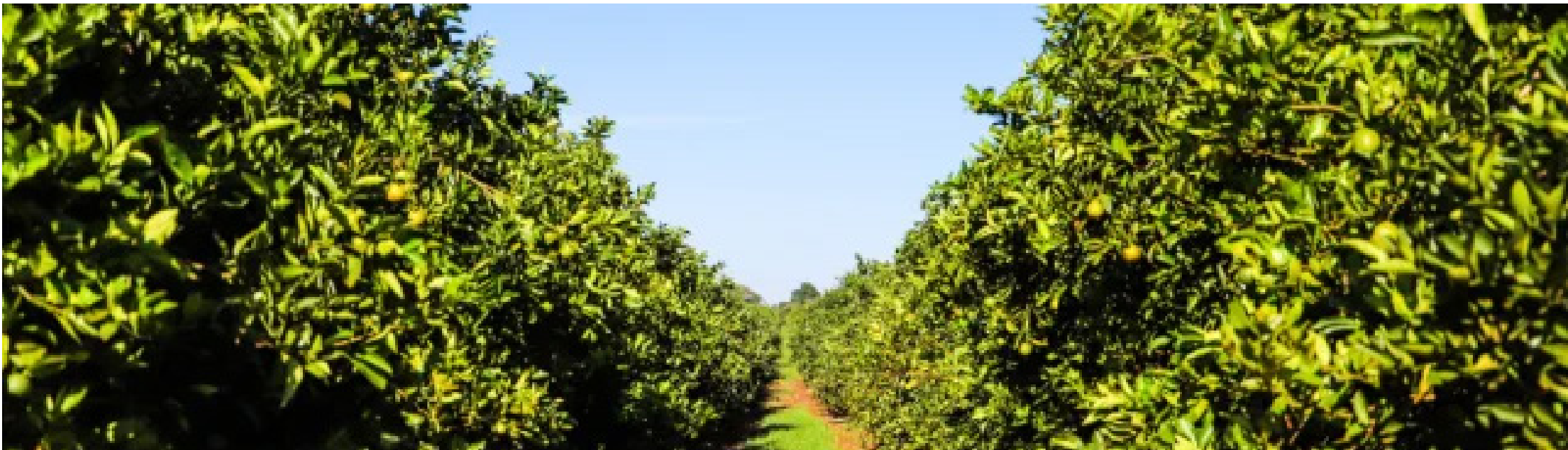
Já o trigo, produto de destaque entre as culturas de inverno, se encontra em fase final de plantio. A expectativa da Conab é de uma redução de 23,5% no volume a ser colhido, estimado em 6 milhões de toneladas. O resultado reflete tanto a menor área destinada ao cereal como a expectativa de uma menor produtividade média a ser registrada nas lavouras neste ciclo.

Mercado – Neste 10º levantamento, a Companhia ajustou as estimativas para o estoque de passagem de milho na safra 2025/26, uma vez que a produção total do cereal foi reajustada para 141,7 milhões de toneladas. Com isso, a nova expectativa é de um estoque próximo a 14,5 milhões de toneladas em 31 de janeiro de 2027. A atualização da safra de algodão também possibilitou ajustes na expectativa de exportação da fibra, podendo chegar a 3,38 milhões de toneladas, resultando em um estoque final de 2,67 milhões de toneladas.

No caso da soja, o estoque final foi ajustado para 8,8 milhões de toneladas, diante um aumento no processamento do grão e das exportações, estimadas em julho em 62,57 milhões de toneladas e 116,3 milhões de toneladas respectivamente.

Outras informações sobre o cultivo e as condições de mercado sobre as principais culturas cultivadas no país podem ser encontradas no 10º Levantamento da Safra de Grãos 2025/26.

GREENING: SP CLASSIFICA MUNICÍPIOS DE ACORDO COM INCIDÊNCIA DA DOENÇA QUE AMEAÇA A CITRICULTURA



O Governo de São Paulo publicou nesta segunda-feira (6) a Portaria Defesa nº 46 de 2026, que regula-menta a Resolução SAA nº 32, de 2026, e dispõe sobre a classificação dos municípios paulistas sobre a in-cidência do HLB/Greening, doença que ameaça a citricultura em todo o mundo.

A partir de agora, municípios paulistas passam a ser classificados como localidades de baixa ou alta incidência, considerando dados con-solidados dos relatórios semestrais e levantamentos fitossanitários realiza-dos pela Defesa Agropecuária.

De acordo com a Portaria, para a classificação dos municípios nas fai-xas de incidência, serão consideradas no mínimo 10% das propriedades cadastradas com área cultivada de citros ou, alternativamente, através de levantamento amostral conduzido pela Defesa Agropecuária.

Ainda de acordo com a publica-ção, a classificação será revista anu-almente, no mês de maio, com base nos dados do ano anterior.

A partir da publicação, ficam classificados como municípios com baixa incidência de HLB/Greening as seguintes localidades:

Adamantina, Alfredo Marcondes, Alto Alegre, Alvares Machado, Andra-dina, Anhumas, Aparecida d'Oeste, Araçatuba, Arco-Iris, Aspásia, Assis, Auriflama, Avanhandava, Barbosa, Bastos, Bento de Abreu, Bilac, Birigui, Borá, Braúna, Brejo Alegre, Caiabu, Caiuá, Castilho, Clementina, Coroa-dos, Cruzália, Dirce Reis, Dolcinópolis, Dracena, Emilianópolis, Estrela do Norte, Estrela d'Oeste, Euclides da Cunha Paulista, Fernandópolis, Flora Rica, Flórida Paulista, Florínia, Gabriel Monteiro, General Salgado, Glicério, Guaraçai, Guarani d'Oeste, Guarara-pes, Guzolândia, Herculândia, Iacri, Iepê, Ilha Solteira, Indiana, Indiapo-rã, Inúbia Paulista, Irapuru, Itapura, Jales, João Ramalho, Junqueirópolis, Lavínia, Lucélia, Luiziânia, Lutécia, Macedônia, Marabá Paulista, Maracá, Mariápolis, Marinópolis, Martinópolis, Mesópolis, Mira Estrela, Mirandópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Murutinga do Sul, Nantes, Narandiba, Nova Canaã Paulista, Nova Castilho, Nova Guataporanga,

Nova Independência, Osvaldo Cruz, Ouroeste, Ouro Verde, Pacaembu, Palmeira d'Oeste, Panorama, Para-guaçu Paulista, Paranapuã, Para-puã, Paulicéia, Pedrinhas Paulista, Penápolis, Pereira Barreto, Piacatu, Piquerobi, Pirapozinho, Pontalinda, Populina, Pracinha, Presidente Ber-nardes, Presidente Epitácio, Presi-dente Prudente, Presidente Ven-ceslau, Quatá, Queiroz, Quintana, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rinópolis, Rosana, Rubi-ácea, Rubinéia, Sagres, Salmourão, Sandovalina, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Mercedes, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, Santo Anastácio, Santo Antônio do Aracanguá, Santo Expedito, Santó-polis do Aguapeí, São Francisco, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, São João do Pau d'Alho, Sud Mennucci, Suzanópolis, Taciba, Tarabai, Tarumã, Teodoro Sampaio, Três Fronteiras, Tupã, Tupi Paulista, Turmalina, Urânia, Valparaíso e Vitória Brasil.

Segundo a Portaria, todos os demais municípios do estado de São Paulo passam a ser classificados

como locais com alta incidência.

Com isso, a erradicação de plan-tas doentes passa a ser definida de forma diferente para cada uma das áreas. Produtores que possuem ár-vores adultas doentes e que tenham áreas de produção em municípios com alta incidência não necessitam mais realizar a erradicação compulsó-ria. Nestes locais, a eliminação passa a ser exigida apenas para plantas novas, de até três (3) anos. Já nos municípios de baixa incidência, a erradicação permanece obrigatória para todas as idades.

O transporte interestadual de plantas cítricas também passa por atualização.

A partir de agora, passa a ser obrigatório o processamento e a es-covação das frutas antes do trânsito de São Paulo para outros Estados, objetivando a eliminação de folhas ou ramos que podem se tornar vetores potenciais da doença. A exceção da medida fica unicamente para a Tan-gerina Ponkan. Importante lembrar que as medidas valem para as plan-tas de citros (*Citrus spp.*), *Fortunella spp.* e *Poncirus spp.*

FAZENDA ANUNCIA FUNDO GARANTIDOR DE ATÉ R\$ 2 BI-LHÕES PARA FORTALECER CRÉDITO AO AGRONEGÓCIO



Medida faz parte do acordo para renegociação das dívidas rurais e prevê participação da União, bancos, estados e muni-cípios na composição do fundo

O Ministério da Fazenda anun-ciou nesta quarta-feira (15) um acordo com a Frente Parla-mentar da Agropecuária (FPA) para a criação de um fundo garantidor voltado ao setor agropecuário.

A iniciativa prevê aporte de até R\$ 2 bilhões de União e integra o pacote de medidas para a renegociação das dí-vidas dos produtores rurais.

O anúncio foi feito pelo minis-tro da Fazenda, Dario Durigan, que explicou que o fundo terá caráter estruturante, amplian-do as garantias nas operações de crédito rural e contribuindo para reduzir os custos de finan-ciamento para os produtores.

Segundo o ministro, além da participação do Governo Federal, a proposta prevê a adesão de instituições finan-ceiras, estados e municípios, formando um mecanismo capaz de oferecer maior segurança às operações de crédito e re-duzir o risco para os bancos.

A expectativa é que, com mais garantias disponíveis, ocorra uma redução gradual dos spre-ads bancários e das taxas de juros cobradas nas operações de financiamento ao agrone-gócio.

A medida faz parte do acor-do firmado entre o governo e a bancada ruralista para ampliar as condições de rene-gociação das dívidas do setor.

O pacote será formalizado por meio de uma Medida Provisória (MP) e também prevê condições diferenciadas para produtores atingidos por perdas climáticas

e por queda nos preços das commodities agrícolas. Entre os pontos acordados estão prazos de até dez anos para pagamen-to em alguns casos, período de carência e reaproveitamento das garantias já apresentadas nas operações originais, evitan-do novas exigências por parte das instituições financeiras.

De acordo com o Ministério da Fazenda, o objetivo é criar uma solução permanente que fortaleça o acesso ao crédito rural, ofereça maior previsibili-dade ao setor e contribua para ampliar os investimentos no agronegócio brasileiro.